



NORMAS GERAIS DAS MESSES DO EXÉRCITO

março de 2022



Página intencionalmente em branco



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS

DESPACHO

1. Aprovo, para utilização nas Messes do Exército, as Normas Gerais das Messes do Exército;
2. As Normas Gerais das Messes do Exército são normas não classificadas;
3. Podem ser feitos extratos desta publicação sem autorização da entidade promulgadora.
4. Esta norma entra em vigor a partir da data da sua aprovação.

Lisboa, 31 de março de 2022

O QUARTEL-MESTRE-GENERAL

DOCUMENTO

Original assinado e arquivado no GabQMG

FRANCISCO XAVIER FERREIRA DE SOUSA

TGEN

Página intencionalmente em branco

INDICE

CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	1-1
101. Objetivo	1-1
102. Classificação das ME.....	1-1
CAPÍTULO 2 – MISSÃO	2-1
201. Finalidade	2-1
202. Entidades protocoladas	2-1
CAPÍTULO 3 – UTENTES DAS MESSES DO EXÉRCITO	3-1
301. Utentes	3-1
302. Convidados.....	3-1
303. Admissão de crianças.....	3-1
CAPÍTULO 4 – FUNCIONAMENTO DAS ME	4-1
401. Alojamento e alimentação.....	4-1
402. Restrições de acesso.....	4-1
403. Reservas, Admissões e Inscrições	4-1
404. Ausência prolongada	4-2
405. Sistema de elogios, sugestões e reclamações.....	4-2
406. Pagamentos.....	4-2
CAPÍTULO 5 – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	5-1
501. Responsável pelo Tratamento	5-1
502. Recolha e Tratamento de Dados Pessoais dos Utentes	5-1
503. Finalidade do Tratamento dos Dados Pessoais, Fundamento Jurídico e Prazo de Conservação.....	5-1
504. Partilha de Dados	5-2
505. Direitos dos Titulares dos Dados	5-2

Página intencionalmente em branco

CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

101. Objetivo

As Messes do Exército (ME) são destinadas a prestar apoio em alojamento e alimentação, e eventualmente outros serviços, aos militares do Exército e respetivo agregado familiar, assim como, quando a sua capacidade excedentária o permita, ao pessoal civil a prestar serviço no Exército. No âmbito das suas capacidades, podem ainda ser considerados regimes de protocolo e reciprocidade com outras entidades, visando a sua utilização.

102. Classificação das ME

- a. **Tipo A** – as destinadas a apoiar a mobilidade geográfica¹ dos militares do Exército, em serviço, e respetivo agregado familiar. Esta tipologia de Messes é uma extensão das UnAp e pode, ainda, na sua capacidade excedente, apoiar os restantes utentes, de acordo com o disposto no parágrafo 301. do Capítulo 3.
- b. **Tipo B** – as destinadas à regeneração pós-missão dos militares do Exército e ao apoio aos militares do Exército, e respetivo agregado familiar, nos seus períodos de lazer. Esta tipologia de Messes pode, ainda, apoiar a mobilidade geográfica dos militares do Exército em serviço, e respetivo agregado familiar, bem como dos restantes utentes, de acordo com o disposto no parágrafo 301. do Capítulo 3.

¹ Mobilidade geográfica traduz-se na modificação do local de prestação de serviço do militar, para fora da área da sua residência habitual (ANEXO A).

CAPÍTULO 2 – MISSÃO

201. Finalidade

As ME são instalações militares que têm por finalidade:

- a.** Apoiar em alojamento, alimentação e, eventualmente, outros serviços, os militares do Exército, e respetivo agregado familiar;
- b.** Apoiar em alimentação os militares do Exército que prestam serviço em estabelecimentos ou órgãos que não disponham de serviço de alimentação;
- c.** Apoiar em alojamento e alimentação o pessoal civil a prestar serviço no Exército, e respetivo agregado familiar.

202. Entidades protocoladas

As ME podem ser, igualmente, utilizadas por outras entidades, nacionais e estrangeiras, e respetivo agregado familiar, de acordo com as condições de acesso estabelecidas nos protocolos aprovados pelo Comando do Exército.

CAPÍTULO 3 – UTENTES DAS MESSES DO EXÉRCITO

301. Utentes

Têm acesso às ME, de acordo com as condições de acesso definidas neste Regulamento, os seguintes utentes:

- a.** Militares do Exército e respetivo agregado familiar;
- b.** Pessoal civil a prestar serviço no Exército e respetivo agregado familiar;
- c.** Convidados dos militares do Exército;
- d.** Outras entidades protocoladas;
- e.** Outros devidamente autorizados pelo Comando do Exército.

302. Convidados

As ME podem ser frequentadas por militares ou civis que não prestam serviço no Exército, a convite de militares do Exército, desde que acompanhados por estes, os quais são responsáveis pela idoneidade e conduta dos seus convidados.

303. Admissão de crianças

As crianças de idade inferior a 10 anos apenas podem utilizar as ME e zonas das mesmas, de acordo com as normas gerais e específicas, sob vigilância e responsabilidade dos pais, tutores ou de outro adulto da família.

CAPÍTULO 4 – FUNCIONAMENTO DAS ME

401. Alojamento e alimentação

- a. A tipologia de alojamento disponível pode compreender quartos, apartamentos, *bungalows* e alvéolos do parque de campismo.
- b. Podem ser apresentados pacotes promocionais com condições de alojamento, alimentação, atividades e preços distintos, consoante a época do ano e as oportunidades de mercado. Para mais informações acerca de pacotes promocionais deverão ser solicitados esclarecimentos adicionais na receção da respetiva messe.
- c. A alimentação pode compreender pequeno-almoço, almoço e jantar, de acordo com o Plano de Ementas do Exército.
- d. As situações inerentes às prioridades de utilização das ME são comprovadas, obrigatoriamente, através da apresentação de documentação justificativa, a definir pelo CmdLog.
- e. Os alunos da Academia Militar e da Escola de Sargentos do Exército consideram-se, respetivamente, equiparados aos Oficiais ou Sargentos dos Quadros Permanentes, para efeitos de utilização das ME.

402. Restrições de acesso

- a. O Comando do Exército pode determinar a proibição da frequência das ME, aos utentes que adotem uma conduta incorreta, designadamente o incumprimento das normas gerais e específicas da Messe bem como as indicações da respetiva Gerência.
- b. Aos utentes com pagamentos em atraso, pode ser vedada a frequência das ME, de acordo com o disposto no número 406 das presentes regras.

403. Reservas, Admissões e Inscrições

- a. As reservas para os utentes de longa duração são feitas, preferencialmente, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de admissão prevista.
- b. A reserva de alojamento e a sua não ocupação, sem comunicar a desistência até 48 horas de antecedência, implica o pagamento de 50% do período reservado, salvaguardando-se as situações devidamente justificadas, de serviço ou saúde. Esta justificação deve ser endereçada, por escrito, à respetiva Messe até 5 (cinco) dias após o início da estadia;
- c. Regras admissão (ANEXO B).

404. Ausência prolongada

- a. Após seis meses de ocupação ininterrupta da ME, os militares em mobilidade geográfica por motivos de serviço beneficiam, durante os 15 (quinze) dias seguintes, de um desconto de 100 % relativamente à tarifa do alojamento, de modo a compensar os períodos de férias e ausências em serviço.
- b. A ausência da ME por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, sem justificação, implica a reavaliação da continuidade da estadia.

405. Sistema de elogios, sugestões e reclamações

As receções possuem um sistema de elogios, sugestões e reclamações, conforme legislação em vigor.

406. Pagamentos

- a. As despesas são pagas pelos utentes após a apresentação da respetiva conta.
- b. Até ao 5.º dia do mês seguinte, é entregue aos utentes o documento para pagamento das suas contas mensais.
- c. Os utentes alojados por um período inferior a 30 (trinta) dias pagam as suas contas até ao dia de *check-out*.
- d. Aos utentes com pagamentos em atraso pode não ser permitida a frequência de qualquer das Messes sem que, antecipadamente, regularizem a situação.
- e. Considera-se que o pagamento está em atraso quando ultrapasse em 30 (trinta) dias da data de emissão da fatura.

CAPÍTULO 5 – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

501. Responsável pelo Tratamento

- a. O Exército Português, pessoa coletiva n.º 600021610, com sede no EME, Rua do Museu de Artilharia, em Lisboa, é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais, promovendo, nessa qualidade, a confidencialidade, a integridade e a privacidade dos seus dados pessoais, assegurando a sua proteção.
- b. O Encarregado de Proteção de Dados (EPD) do Exército, nomeado nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados, pode ser contactado, por escrito, através dos seguintes endereços:
 - (1) Encarregado de Proteção de Dados
Morada: Palácio Vilalva, Largo S. Sebastião da Pedreira | 1069-020 Lisboa
Telefone: 213 567 701
 - (2) Por *e-mail*: epd@exercito.pt.

502. Recolha e Tratamento de Dados Pessoais dos Utentes

- a. O Exército Português, através das ME, poderá solicitar dados pessoais aos utentes, procedendo de forma direta nesse sentido, presencialmente, por telefone ou *e-mail*
- b. Os dados pessoais obtidos e que serão objeto de rigoroso tratamento de acordo com o preceituado no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), inserem-se nas seguintes categorias:
 - (1) Dados de Identificação, referidos na alínea B04. do Anexo B e Número de Identificação Fiscal (NIF);
 - (2) Dados de contacto, tais como, morada, endereço de *e-mail*, contactos de telefone e telemóvel;
 - (3) Pontualmente, podem ser recolhidos dados pessoais com vista à satisfação de necessidades específicas expressamente requeridas pelos utentes ou seus representantes legais, nomeadamente, dados sobre restrições alimentares, condições médicas próprias e identificação de n.º de matrícula do veículo (identificador indireto);
 - (4) Imagens de videovigilância para garantir a proteção de pessoas e bens;
 - (5) Registo automático de controlo de acessos.

503. Finalidade do Tratamento dos Dados Pessoais, Fundamento Jurídico e Prazo de Conservação

- a. O Exército Português trata os dados pessoais dos titulares dos dados por diversos motivos, ao abrigo das leis de proteção de dados aplicáveis na União Europeia e em Portugal.

- b. Os dados pessoais dos titulares dos dados são conservados ao longo da duração da relação contratualmente estabelecida com o Exército Português, através das ME, e até 10 (dez) anos desde o fim dessa relação.
- c. As gravações de imagem obtidas por sistema de videovigilância são conservadas, pelo prazo legalmente previsto, findo o qual as imagens serão eliminadas, sem prejuízo da conservação por prazo superior por ordem judicial.

504. Partilha de Dados

A disponibilização livre, específica e informada dos dados pessoais pelos respetivos titulares, ou representantes legais, implica o conhecimento e aceitação das condições descritas, considerando-se que, pelo facto de utilizar os canais disponíveis e pelo facto de disponibilizar os seus dados pessoais, autorizam expressamente o seu tratamento, de acordo com as regras definidas e instrumentos de recolha aplicáveis.

505. Direitos dos Titulares dos Dados

O Exército Português garante o exercício dos direitos em conformidade com a legislação nacional e comunitária aplicável. Qualquer pedido de exercício de direitos de proteção de dados e privacidade deve ser dirigido, por escrito, pelo respetivo titular ou representante legal para o EPD, de acordo com o contacto mencionado no parágrafo 501. do presente Capítulo.

ANEXOS

A – DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA MOBILIDADE GEOGRÁFICA

B – REGRAS DE ADMISSÃO E DOCUMENTAÇÃO JUSTIFICATIVA

NÃO CLASSIFICADO



exercito.pt

NÃO CLASSIFICADO